



## **Conferência e painel debatem mudanças climáticas, transição energética e descarbonização no segundo dia do Congresso Aço Brasil 2023**

*Titus Schaar, John Lichtenstein, Beatriz Soares, Wieland Gurlit e Albano Chagas Vieira foram os nomes que contribuíram com a discussão*

O segundo dia do Congresso Aço Brasil 2023 teve início com a conferência especial **Descarbonização – Desafios para a Indústria do Aço**, seguida do painel **Mudanças Climáticas / Transição Energética / Descarbonização**, que contaram com a moderação do Conselheiro do Instituto Aço Brasil e CEO da Ternium Brasil, Titus Schaar; com a palestra do sócio-gerente da World Steel Dynamics, John Lichtenstein; e a colaboração dos debatedores Beatriz Soares, coordenadora-geral de finanças verdes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); Wieland Gurlit, sócio sênior da McKinsey; e Albano Chagas Vieira, da Prumo e Porto Açu.

Schaar iniciou o momento de reflexão trazendo dados da Worldsteel Association, que apontam as indústrias do setor do aço como responsáveis por cerca de 7% das emissões globais de CO<sub>2</sub>. Mesmo que o Brasil não contribua com a maior parcela dessa realidade, é importante trazer essa discussão para que as empresas participantes do Congresso Aço Brasil 2023 consigam instituir projetos que expressem o compromisso de reduzir os números até 2030. “Nesse painel, podemos ter a percepção do lado de quem conhece e estuda há 30 anos a questão de descarbonização, o lado do Governo, a realidade das empresas pelo mundo e no Brasil, além de um projeto que deve ser um dos primeiros a ter eficácia no nosso país”, diz.

Em seguida, Lichtenstein apresentou indicativos positivos de que, até 2030, as emissões podem cair até 13%, sendo puxadas principalmente pela China. De acordo com o especialista, cinco indicativos são avaliados para essa projeção: produção geral, EAF (mede impacto do aumento da participação na produção dos fornos elétricos a arco), produção de DRI (mede impacto do aumento da produção de DRI, que aumenta as emissões com base na suposição de como estará o gás natural até 2030), melhorias de BF/BOF (mede os impactos das tecnologias de descarbonização e práticas operacionais) e escopo 2 (mede os impactos das mudanças na intensidade das emissões da eletricidade utilizada).



“Nós consideramos que até 2030, e mais a frente em 2050, as condições de fornecimento de energia, tecnologia, e as produções dos maiores polos tenham condições de atender a essa queda da emissão de carbono. Atualmente, estamos recebendo ventos contra da China, mas isso deve mudar já na próxima década e influenciar, como um efeito borboleta, as taxas do Brasil, o valor do ferro e até no resultante de sucata na Índia”, avalia.

### **Necessidade de urgência no Brasil**

De acordo com Beatriz, um recente projeto pretende mudar as regras do jogo no Brasil criando um “preço do carbono” – valor sobre o CO<sub>2</sub> emitido por grandes empresas de diversos setores no país –, contudo, ainda é necessário um levantamento real de dados, regulamentação e fiscalização.

“A PL, que está na comissão de meio ambiente com votação prevista nessa semana, precisa ser aprovada o mais rápido possível, pois quanto mais rápido tivermos o preço do carbono, melhor serão as decisões de investimento e de consumo. O projeto existe, mas depende de duas perspectivas principais, que é o tempo e o investimento, além da criação de um órgão gestor qualificado”, diz.

Para Gurlit, é importante que essa questão seja tratada com a importância e urgência no Brasil, porque a Europa e outros grandes polos já têm essa fiscalização e, na competição global, isso trará desvantagem para as empresas brasileiras.

“Esse cenário vai gerar exigências no mercado exterior sobre o aço produzido com baixa emissão de carbono. As grandes montadoras vão querer saber de onde vem o aço, inclusive dos carros montados no Brasil. De fato, existem outros setores que emitem mais CO<sub>2</sub>, mas precisamos olhar para as siderúrgicas e perceber que essa responsabilidade também é nossa”.

Albano, por sua vez, explicou como foi o desenvolvimento de um dos primeiros projetos de destaque criados visando a descarbonização no Brasil. De acordo com ele, quatro fornos de grandes empresas foram avaliados e modelados, com ajustes, para que fosse criado um modelo ideal passível de ser aplicado em qualquer lugar, mesmo com limitação de oxigênio e temperatura.

“O modelo final nos mostra que se colocar em torno de 20% de HBI na carga, tem uma redução similar de CO<sub>2</sub> no alto gás e pode gerar ainda um aumento de produtividade, porque o forno passa a operar com maior tonelada por dia por metro



cúbico. Dessa forma, fazer um mega hub no Brasil para HBI pode ser uma estratégia que irá vai agregar valor ao minério e contribuir para a integração do país nesse contexto mundial”, diz.

Fotos – clicando [aqui](#).

Mais informações em [congressoacobrasil.org.br](http://congressoacobrasil.org.br).

### **O Instituto Aço Brasil e o Setor do Aço**

O Instituto Aço Brasil reúne nove grupos produtores de aço do país, que respondem por 86% da produção nacional de aço.

Presente em quatro das cinco regiões brasileiras, a indústria do aço produziu, em 2022, 34 milhões de toneladas, com faturamento de R\$ 209 bilhões. O setor do aço induz a abertura de 3 milhões de postos de trabalho. No ano passado, desembolsou R\$ 35 bilhões em tributos, e, por ano, investe cerca de US\$ 2,5 bilhões no Brasil.

**Assessoria de Imprensa**

**Ana Carolina Malandrino**

(16) 98173-9918